



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

09/03/2021

Local: Com transmissão online pela plataforma do meet.

Horário: 14h00 às 18h00

MEMBROS PARTICIPANTES

SEJUF – presencial e por web conferência	COGEMAS – participação por web conferência
Larissa Marsolik (titular)	José Roberto Zanchi (suplente)
Renata M. dos Santos (suplente)	Elias de Souza Oliveira (titular)
Maiara de Almeida Abreu (titular)	Márcia Regina Ferreira (titular)

Membros da Secretaria-Executiva:

Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR

Fernanda Greca Martins – atual Secretária Executiva CIB/PR

Demais Participantes: Adrianis Galdino Junior – CEAS/PR, Márcia Regina Ferreira – Presidente COGEMAS/PR

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovação das memórias das reuniões de 2020;
3. Apresentação da Diretoria do Cogemas/PR – 2021/2023;
4. Apresentação da Secretaria Executiva e a nova composição da CIB/PR;

Assuntos para Pactuação:

5. Incentivo Benefício Eventual FIA;
6. Programa Estadual de Transferência de Renda;
7. Indicação da CIB para o NEEP;



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

- 8. Informes;
- 8.1 Informes COGEMAS;
- 8.2 Informes Municípios;
- 8.3 Informes DAS/SEJUF
- 9. Encerramento;

Abertura:

A Coordenadora da CIB/PR e Chefe do Departamento de Assistência Social, Larissa Marsolik, fez a abertura da reunião, cumprimentando à todos os participantes e representantes presentes na reunião, desejou boas-vindas aos novos gestores e agradeceu aos trabalhadores do SUAS que estão trabalhando de forma tão resiliente nesse momento difícil que o País e o Estado vêm vivenciando.

Márcia Regina Ferreira, nova presidente do COGEMAS cumprimentou à todos e comentou sobre a eleição da nova chapa de gestores do COGEMAS, a chapa “Protege SUAS”. Agradeceu a todos que contribuíram para a formação dessa equipe que têm por objetivo a construção coletiva de uma Política de Assistência Social que defenda o SUAS e que também dê visibilidade aos municípios de todas as regiões e todos os portes.

Elias de Souza Oliveira, vice-presidente do COGEMAS e presidente do CONGEMAS, cumprimentou à todos os trabalhadores do estado e todos os membros e representantes dos espaços de pactuação presentes na reunião, se colocando à disposição na luta pela visibilidade concreta do SUAS.

1. Aprovação da Pauta da reunião:

Inclusão de Pauta: retomada dos Informes como pauta permanente das reuniões. A inclusão de pauta e a pauta da reunião foi submetida à pactuação e em apreciação foi aprovada pelos membros da CIB/PR.

2. Aprovação das memórias das reuniões de 2020:

Foram encaminhadas junto com a convocação quatro memórias pendentes das reuniões de 2020: setembro, outubro, novembro e dezembro; finalizando portanto as pendências de 2020. **Propôs-se que as memórias sejam aprovadas na próxima reunião da CIB (abril), devido à falta de tempo hábil para a realização da leitura e das contribuições.**

3. Apresentação da Diretoria do Cogemas/PR – 2021/2023:

Apresentada pela Presidente Márcia Regina Ferreira na abertura da reunião, a nova chapa se constitui da seguinte forma:

Presidente: **Márcia Regina Ferreira da Silva**
Município: Campo Magro



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

Vice-Presidente: **Elias de Sousa Oliveira**

Município: Foz do Iguaçu

Secretário **Geral: Silvana Luzia Rosnowski**

Município: Cruz Machado

Primeiro Secretário: **Lucilene Cristine dos Santos Diorio**

Município: Cambé

Primeiro Tesoureiro: **Rosangela Batista da Silva Duarte**

Município: Pinhais

Segundo Tesoureiro: **Elisabete Aparecida Fagundes Radomski**

Município: Mamborê

Primeiro Titular do Conselho Fiscal: **Hudson Márcio Moreschi Junior**

Município: Cascavel

Segundo Titular do Conselho Fiscal: **Roseli Aparecida Godoi Rodrigues**

Município: Nova Tebas

Terceiro Titular do Conselho Fiscal: **Marcos Diego da Silva**

Município: Rolândia

1º Suplente Conselho Fiscal: **Cintia Aparecida Batista**

Município: Piraquara

2º Suplente Conselho Fiscal: **Deonísio Bortolo Junior**

Município: Sabáudia

4. Apresentação da Secretaria Executiva e a nova composição da CIB/PR:

Representantes do Órgão Gestor:

Coordenadora titular: Larissa Marsolik

Coordenadora suplente: Renata M. dos Santos

Titular: Maiara de Almeida Abreu

Suplente: Edison Luiz Machado de Camargo

Titular: Manoel Tadeu Barcelos

Suplente: Rosely Lemos Schinemann

Titular: Bruna Tinoco

Suplente: Paula Cristina Calsavara

Titular: Samanta Krevoruczka

Suplente: Fernanda Cristina Heberle

Titular: Larissa Sayuri Yamaguchi



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

Suplente: Luciane Taline da Costa

Representantes COGEMAS na CIB:

Titular: Cleusy de Fátima Nascimento – Inácio Martins

Suplente: Roseli Aparecida Godoi Rodrigues – Nova Tebas

Titular: Deonísio Bortolo Junior - Sabáudia

Suplente: Elisabete Aparecida Fagundes Radomski – Mamborê

Titular: Márcia Regina Ferreira da Silva - Campo Magro

Suplente: William Pereira - Pontal do Paraná

Titular: Lucilene Cristiane do Santos Diorio - Cambé

Suplente: Cleverson Silva Dos Santos - Telêmaco Borba

Titular: Elias de Souza Oliveira - Foz do Iguaçu

Suplente: Ana Paula Sobreira Moraes Nazarko - Apucarana

Titular: Fabiano Ferreira Vilaruel - Curitiba

Suplente: Claudia Regina Martins Estorilio - Curitiba

Todos os membros da nova composição da CIB presentes na reunião se apresentaram diante dos outros participantes, relatando a formação, tempo de trabalho no Estado e a atual competência. Apresentação da nova Secretária Executiva que assumirá a CIB, juntamente com o COGEMAS e o CEAS, Fernanda Greca Martins, que cumprimentou a todos e parabenizou a organização da comissão.

Assuntos para Pactuação:

5. Incentivo Benefício Eventual FIA:

A Coordenadora suplente Renata apresentou a proposta de estruturar um projeto piloto de Incentivo de Benefício Eventual FIA, sendo uma linha de co-financiamento para o atendimento emergencial de crianças e adolescentes ameaçados de morte e suas famílias. Após a pactuação da CIB, a primeira ação prevista seria o reordenamento da Deliberação nº 42/2020 – CEDCA, escrevendo uma nova deliberação sob a lógica do SUAS, se configurando como benefício eventual na modalidade vulnerabilidade temporária, segundo regulamentação local.

A partir disso, define-se o Público alvo por: crianças e adolescentes ameaçados de morte com possibilidade de inserção no PPCAAM, acompanhados dos seus responsáveis, independente de medida protetiva expedida por ordem judicial. Portanto, não é uma proposta de substituição ao PPCAAM, mas sim complementar, com o objetivo de fortalecer a política de Assistência Social. A proposta sugere valor mínimo destinado por município, sendo: Metrôpole R\$ 400.000,00 (1 município); Grande Porte I: R\$ 300.000,00 (5 municípios); Grande Porte 2: R\$ 210.000,00 (12 municípios); Médio porte: R\$ 100.000,00 (14 municípios), totalizando 32 municípios e um valor de R\$ 6.000.000,00, onde R\$180.000,00 é destinado à capacitação.



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

O recurso deverá ser utilizado na modalidade Custeio, tendo como exigências principais: o ARCPF do Município, a Regulamentação Local dos Benefícios Eventuais e a forma de Registro e Sistematização do número de Crianças, Adolescentes e Famílias atendidas.

Os encaminhamentos futuros seriam a Deliberação Conjunta entre o CEAS e o CEDCA sobre a linha de atendimento. Em sequência, uma Deliberação específica do CEDCA com a aprovação dos critérios e municípios elegíveis, divulgação de Nota Técnica Conjunta entre DAS/DPCA/DEDIC com orientações relacionadas às atribuições e fluxos e por fim, realização continuada de capacitação para as equipes técnicas.

A presidente do COGEMAS, Márcia, relata sobre a dificuldade dos Municípios de Pequeno Porte não serem contemplados pela maior parte dos Benefícios, pois estes municípios possuem demandas de Alta Complexidade, mas não possuem recursos para o atendimento.

A coordenadora Larissa reforçou que a presente pauta se refere à pactuação de linhas de ação exequíveis do programa e de seu direcionamento, onde o principal ponto é a proposta e o objetivo principal do benefício. E então, a partir da pactuação e do alinhamento da proposta, poderão ser discutidas ampliações e futuras análises necessárias.

A coordenadora Renata apresentou a proposta de minuta de resolução da pactuação da CIB pela oferta dos benefícios eventuais na modalidade de vulnerabilidade temporária para atendimento de crianças e adolescentes ameaçados de morte e suas famílias. **Pactuado unanimemente pela edição de Resolução-CIB/PR e comunicação ao CEAS, CEDCA e COGEMAS.**

6. Programa Estadual de Transferência de Renda:

As coordenadoras Larissa e Renata apresentaram a proposta de pactuação de recursos do Fundo Estadual de Enfrentamento a Pobreza a serem destinados para um programa Estadual de Transferência de Renda destinado às famílias em situação extrema pobreza, que não são beneficiárias do programa Bolsa Família, ou seja, famílias que estão com Cadastro Único atualizado, mas são beneficiárias do Programa Bolsa Família. O Programa será operacionalizado e pago por meio de cartão ou outro modo que assegure um crédito para despesas apresentando para desconto, ao estabelecimento comercial credenciado, na forma estabelecida em regulamento próprio.

São requisitos:

- Famílias com perfil extrema pobreza e pobreza;
- Cadastro Único atualizado;
- Não ser Beneficiária do Programa Bolsa Família;
- ser maior de 18 (dezoito) anos de idade, salvo no caso de mães adolescentes;
- residir no Estado do Paraná;

Estudos e Possibilidades 1



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

- Renda direta de valores as famílias de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná - FECOP, com o benefício mensal no valor de R\$ 80,00 por prazo indeterminado;
 - Custo Mensal Total: R\$ 8.664.400,00;
 - Custo Anual Total: 103.972.800,00
- Estudos e Possibilidades 2
- Renda direta de valores as famílias de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná - FECOP, com o benefício mensal no valor de R\$ 90,00 por prazo indeterminado;
 - Custo Mensal Total: R\$ 9.747.450,00;
 - Custo Anual Total: R\$ 116.969.400,00;

O benefício será cessado quando: constatado o descumprimento de quaisquer requisitos de concessão previstos nesta Lei ou em Decreto; caso o beneficiário vier a aferir quaisquer rendimentos do programa de transferência de renda federal – Bolsa Família; mediante pactuação da CIB.

O presidente do CEAS, Adrianis, sugere a revisão do critério de inscrição e atualização do cadastro único, pois existem muitas famílias que não conseguem realizar a atualização do cadastro há mais de 12 meses, e tal critério acaba por beneficiar principalmente as famílias que já recebem a transferência de renda. Ou seja, o público que está invisível não consegue atualizar o cadastro ou inserir-se no cadastro dentro desse prazo, ficando fora dos critérios do benefício.

A coordenadora Renata informou que o critério adotado é o mesmo utilizado pelo programa Bolsa Família, pois aproximadamente 18% dos inscritos ao Cadastro Único no Paraná não realizam atualização do cadastro há mais de 24 meses, ou seja, essa falta de atualização impossibilita saber o perfil atual em que a família se encontra e se ela, de fato, se encaixa aos critérios de perfil de pobreza e extrema pobreza. Por conta da pandemia o requisito de atualização do Cadastro Único para o Bolsa Família está suspenso, portanto, pela proposta do programa não estar ligado à pandemia, foi proposta a sugestão de aplicar um parágrafo único ao decreto estendendo por 24 meses o prazo de atualização do cadastro.

Keity concordou com a questão apontada por Adrianis e pontuou também a questão da população em situação de rua, onde grande parte não possui Cadastro Único e não será contemplada. Apontou também a questão do Art. 5º que se refere ao “crédito para despesas” que viola a autonomia das famílias que estão sendo beneficiadas. Ou seja, as famílias devem fazer a escolha do que é necessário em suas casas.

Elias completou que a ideia é fundamental, sendo de extrema importância consolidar a proposta e construir um mecanismo para alcançar à toda a população e de dar autonomia para as famílias, transformando futuramente em uma política pública regular.

Renata informou que essa é uma construção de proposta para o fortalecimento da



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

política de assistência social e para a inclusão das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza que não estão contempladas pelos programas de transferência de renda. O objetivo é aumentar o valor do benefício a médio prazo, mas, em curto prazo é efetivar a proposta com o valor atual. Em relação ao Cadastro Único é necessário repensar em outra lógica que possa firmar o benefício de forma que não esteja atrelado à pandemia, mas que atinja a toda a população que necessitar do benefício.

Diante discussão sobre a metodologia de formulação do programa, Adrianis apoiou a pactuação da proposta com ressalvas no que se refere a organização e execução do Benefício, qual ainda deve ser discutida à fundo visando desburocratizar a proposta o máximo possível para que o benefício chegue às pessoas de fato. **Pactuado unanimemente pela edição de Resolução-CIB/PR**

7. Indicação da CIB para o NEEP:

A técnica Paula Dantas (DGSUAS) apresentou informações sobre Núcleo Estadual de Educação Permanente – NEEP; instância de constituição do Estado mas que na gestão atual ainda não teve sua reconstituição. Diante disso, faz-se necessária uma composição de acordo com o decreto estadual, onde se solicita a indicação de um membro titular e um membro suplente. A presidente do COGEMAS Márcia indicou 2 nomes que se disponibilizaram a ser representantes no âmbito gestores municipais, sendo: titular Ana Paula Nazarko de Apucarana, e suplente Lucilena Cristiane de Cambé. **Pactuação epal edição de Resolução CIB/PR com os nomes indicados pelo COGEMAS.**

8. Informes:

8.1 Informes COGEMAS:

Márcia Regina (presidente COGEMAS) informou que o colegiado foi eleito no dia 1º de março, sendo ainda recente, mas que possuem uma luta árdua pela frente. Pontuando ainda que o CONGEMAS já iniciou as discussões encaminhamentos relacionados ao reconhecimento de prioridade dos trabalhadores do SUAS para vacinação contra o covid-19.

8.2 Informes Municípios:

Claudia (Curitiba) informou sobre a questão indígena que têm se agravado durante a pândemia, onde muitos indígenas estão em situação de itinerância em busca de condições de sobrevivência, vivendo em situação de rua e em vulnerabilidade extrema.

A coordenadora Renata relatou que a FUNAI está em atraso no processo de concessão de cestas básicas, questão que prejudicou a situação indígena. Outra questão relatada foi sobre o Plano Nacional de Vacinação, qual contemplou a população indígena – que já tomou a primeira dose da vacina. Entretanto, a segunda dose será aplicada as pessoas que estão aldeadas, e considerando que muitos indígenas estão migrando para



COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

outras cidades, a situação se torna um problema. Reforçou-se a importância de que Municípios se mobilizem para garantir a permanência dessas pessoas e famílias nos seus municípios, assegurando a proteção dessa população dentro de suas aldeias. Renata sugeriu que este seja um ponto de pauta para as próximas reuniões.

8.3 Informes DAS/SEJUF:

A técnica Paula Dantas (DGSUAS/DAS/SEJUF) é responsável pelo Nota Paraná e informou sobre o levantamento realizado em relação ao repasse dos recursos do programa nesta Gestão. Foram repassados para as entidades da Assistência Social os seguintes valores: Em 2019: R\$ 40.843.888,00; em 2020: R\$ 31.306.309,00 e em 2021, relativo ao mês de janeiro e fevereiro foi repassado as entidades um valor de R\$ 5.810.489,00.

9. Encerramento:

Sem mais pontos a serem pactuados, a Coordenadora agradeceu a todos(as) pela participação, encerrando a Reunião.